



**14º ECECON**  
Encontro Catarinense  
de Estudantes de  
Ciências Contábeis

**19<sup>o</sup> e 20** setembro 2016  
Centro de Cultura e Eventos da UFSC  
Florianópolis/SC



## EXPLICAÇÕES PARA O RECONHECIMENTO DAS PERDAS POR *IMPAIRMENT DO GOODWILL*

**Tatiane Pacheco**

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)  
*tatianepacheco@gmail.com*

**Suliani Rover**

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)  
*sulianirover@gmail.com*

**Mariana Campagnoni**

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)  
*mari.campa@yahoo.com.br*

### Resumo

Este estudo objetivou identificar as explicações para o reconhecimento das perdas por *impairment* do *goodwill*, resultante de combinações de negócios, nas empresas listadas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&FBOVESPA) em 2015. A pesquisa caracteriza-se como descritiva, documental e quantitativa, e sua amostra foi composta por 102 companhias nas quais foram identificados saldos de *goodwill* resultantes de combinações de negócios. Os dados foram coletados das Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFPs) e do banco de dados Economática®. De modo similar ao estudo de Klann *et al.* (2015), analisou-se quais fatores se relacionam com o reconhecimento das perdas por *impairment* do *goodwill*. Os resultados mostraram que, dentre as variáveis explicativas estudadas, os fatores Rentabilidade sobre o Ativo Total e Valor do *Goodwill* reconhecido pelas empresas apresentaram-se significativos na explicação do reconhecimento das perdas por *impairment* desse ativo. Constatou-se, assim, que as empresas menos rentáveis, bem como as companhias com maiores valores de *goodwill* reconhecidos em suas DFPs, tendem a registrar maiores perdas por *impairment* decorrentes de combinações de negócios.

**Palavras-chave:** *Goodwill*; Perdas por *Impairment*; Fatores Explicativos.

**Área Temática:** Contabilidade Financeira.

Realização:





**14º ECECON**  
Encontro Catarinense  
de Estudantes de  
Ciências Contábeis

**19<sup>o</sup> e 20** setembro 2016  
Centro de Cultura e Eventos da UFSC  
Florianópolis/SC



## 1 INTRODUÇÃO

Combinações de negócios são operações frequentemente anunciadas e realizadas no contexto empresarial, em âmbito nacional e internacional. A título de exemplo, têm-se as aquisições, incorporações, fusões e cisões, quando existir a obtenção de controle. As entidades veem essas operações como estratégicas para o alcance de competitividade, uma vez que por meio delas pode-se ganhar participação de mercado, reduzir custos operacionais, diminuir ou vencer a concorrência, entre outros aspectos.

Essa conjuntura é um dos pontos que caracteriza a globalização da economia. Com a entrada de empresas em diferentes ambientes, com vistas a aumentar sua competitividade, percebe-se ser fundamental a possibilidade de se comparar e compreender as demonstrações contábeis (DCs) de entidades situadas em diferentes lugares do mundo. Tal situação contribuiu com o processo de convergência às normas internacionais de contabilidade, também conhecidas como *International Financial Reporting Standards* (IFRS).

No Brasil esse processo teve início com a Lei n.º 11.638/2007, sendo continuado pela Medida Provisória n.º 449/2008, atual Lei n.º 11.941/2009. O órgão responsável pela promoção da convergência no país é o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que traduz as IFRS e emite os Pronunciamentos Técnicos, tendo como uma de suas emissões o Pronunciamento Técnico CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios, que corresponde a IFRS 3 – *Business Combination*.

O Pronunciamento Técnico CPC 15 (R1) deve ser aplicado na ocorrência de combinação de negócios e visa melhorar as características qualitativas das informações contábeis concernentes a essas operações e aos seus efeitos, fornecidas pelas entidades (CPC, 2011). No Brasil, quando da realização de uma combinação de negócios, as empresas podem reconhecer o denominado ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) (SOUZA, 2015b). De tal modo, dentre os seus princípios e exigências, o CPC 15 (R1) institui a forma pela qual o adquirente deve reconhecer e mensurar o *goodwill* ou o ganho proveniente de compra vantajosa.

Como uma das mudanças promovidas pelo CPC 15 (R1), pode-se citar o estabelecimento da aplicação do teste de redução ao valor recuperável (*impairment test*) para o *goodwill*, no mínimo, anualmente, em substituição a sua amortização. Assim, esse Pronunciamento se relaciona com outro emitido pelo CPC, o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, que estabelece procedimentos a fim de assegurar que os ativos não estejam registrados na contabilidade por valor superior ao passível de ser recuperado através de seu uso ou venda (CPC, 2010).

Reimann e Schmidt (2010) consideram que a mudança trazida pelo CPC 15 (R1), adicionada ao fato de não ser permitida a reversão das perdas por *impairment* do *goodwill*, pode significar tanto uma oportunidade quanto um risco para as empresas. Oportunidade, uma vez que é possível manter o *goodwill* registrado por tempo indeterminado, ao invés de amortizá-lo gradativamente (REIMANN; SCHMIDT, 2010). Risco, pois, se o *goodwill* não estiver gerando benefícios econômicos suficientes para que o valor recuperável da unidade geradora de caixa seja

2

Realização:





**14º ECECON**  
Encontro Catarinense  
de Estudantes de  
Ciências Contábeis

**19<sup>o</sup> e 20** setembro 2016

Centro de Cultura e Eventos da UFSC  
Florianópolis/SC



superior ao valor contábil, existe a possibilidade desse ativo ser totalmente baixado no primeiro teste de *impairment* aplicado (REIMANN; SCHMIDT, 2010).

Tais oportunidades e riscos podem abrir margem para possíveis gerenciamentos de resultados, conforme destaca a literatura que versa sobre o tema (WATTS, 2003; ABUGHAZALEH *et al.*, 2011; KLANN *et al.*, 2015). De acordo com Abughazaleh *et al.* (2011), a introdução do teste de *impairment* no *goodwill* objetiva melhorar a informação acerca desse ativo não identificável. Todavia, aumentou-se também o poder discricionário do gestor em reconhecer tais perdas no momento em que julguem apropriado fazê-las.

Nesse sentido, espera-se que o *impairment* seja um método que contribua com a verificação do valor contábil dos ativos, de forma que se ele não representa mais o valor que se espera recuperar no caso de consumo ou venda, haja um ajuste nas DCs. As demonstrações estarão, assim, mais fidedignamente representadas. Por outro lado, se a gestão pretende reduzir intencionalmente o resultado do período, ou mesmo superestimá-lo, ela pode usar dessa perda como um mecanismo para maquiagem os relatórios financeiros (ABUGHAZALEH *et al.*, 2011; KLANN *et al.*, 2015).

Diante dessa abordagem, emerge a seguinte pergunta de pesquisa: Quais fatores explicam o reconhecimento das perdas por *impairment* do *goodwill* resultante de combinações de negócios? Visando respondê-la, o objetivo do estudo é identificar as explicações para o reconhecimento das perdas por *impairment* do *goodwill*, resultante de combinações de negócios, nas empresas listadas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&FBOVESPA) em 2015.

A pesquisa está fundamentada, especialmente, no estudo de Klann *et al.* (2015). Como contribuição a essa pesquisa e à literatura que estuda o tema, pretende-se, no presente estudo, auxiliar na explicação de fatores que ajudem a compreender as razões que levam as empresas a reconhecerem perdas oriundas de *impairment* em combinações de negócios, uma vez que elas diminuam os valores de seus negócios.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para embasar teoricamente esta pesquisa, esta seção está dividida em três subseções. A primeira trata a respeito das perdas por redução ao valor recuperável de ativos; a segunda sobre combinação de negócios e *goodwill*; e a terceira expõe as hipóteses do estudo. As duas primeiras subseções também abrangem pesquisas anteriores que estão relacionadas ao tema.

### 2.1 Perdas por Redução ao Valor Recuperável

Com base no Pronunciamento Técnico CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro (2011), pode-se afirmar que os ativos são recursos que se caracterizam pela capacidade de gerar benefícios econômicos futuros para a entidade que os controla. Esses benefícios podem ser obtidos por meio do uso do ativo nas atividades da entidade ou para auferir renda; ou a partir de sua venda.

Realização:





**14º ECECON**  
Encontro Catarinense  
de Estudantes de  
Ciências Contábeis

**19<sup>o</sup> e 20** setembro 2016  
Centro de Cultura e Eventos da UFSC  
Florianópolis/SC



Os ativos podem constituir uma unidade geradora de caixa (UGC), sendo essa o menor grupo identificável de ativos que gera benefícios econômicos para a entidade independentemente de outros ativos ou grupo de ativos (CPC, 2010). Reimann e Schmidt (2010) argumentam que a divisão dos ativos nessas unidades não deve ultrapassar aquela passível de ser monitorada pela administração da empresa.

O CPC 01 (R1) define o valor recuperável de um ativo ou de uma UGC como sendo o maior valor entre o seu valor em uso e o seu valor justo líquido de despesas de venda. Bem como, estabelece que um ativo, ou UGC, sofre perda por redução ao valor recuperável quando está registrado(a) por um valor contábil superior ao seu valor recuperável, pois isso significa que esse ativo, ou sua respectiva UGC, está desvalorizado(a) (CPC, 2010).

Para Klann *et al.* (2015, p. 3), “a subjetividade referente a estimar a perda por *impairment*, com valores justos que não são verificáveis, pode reduzir o conteúdo das informações sobre essa perda”. Esses autores trazem os preços cotados no mercado como a melhor evidência do valor justo, e que na ausência desses preços, esse valor pode ser estimado utilizando-se o valor presente.

Conforme o CPC 01 (R1) (2010), pelo menos ao final de cada exercício social a entidade deve verificar se existem evidências de que seus ativos ou unidades geradoras de caixa (UGCs) estão desvalorizados. Essas evidências podem se dar por meio de indicadores externos ou internos, sendo algumas fontes de informação arroladas pelo referido Pronunciamento. Porém, este não as delimita, podendo haver outros indicativos para tal desvalorização.

Nesse contexto, despontam estudos como o de Wrubel, Marassi e Klann (2015) que, com o objetivo de identificar os fatores determinantes do reconhecimento de perdas por *impairment* em empresas brasileiras, estudaram o montante destas e sua relação com indicadores econômicos e de comportamento de incentivo de divulgação. Como resultados, constataram que a maioria das variáveis de fatores econômicos examinadas, com exceção da variação do fluxo de caixa, das receitas e do endividamento, não demonstrou relação com o reconhecimento de perdas por *impairment*, o que levou aos autores concluírem que é impossível assegurar se fatores econômicos, de modo geral, são determinantes para o reconhecimento das perdas por *impairment*. Da mesma forma, observaram para a grande parte das variáveis de incentivo de divulgação, sendo a variável ‘práticas de suavização de resultados’ (*Smooth*) a única determinante de perdas por *impairment*.

Ainda, segundo o CPC 01 (R1) (2010), o teste de redução ao valor recuperável de ativos deve ser aplicado anualmente, independentemente de existirem ou não evidências de desvalorização, nos seguintes casos: (i) ativo intangível ainda não disponível para uso; (ii) ativo intangível de vida útil indefinida; e (iii) ágio pago por expectativa de rentabilidade futura, em uma combinação de negócios. A presente pesquisa tem como foco o último caso, ou seja, o reconhecimento de perdas em ágio decorrente da expectativa de geração de renda futura, também conhecido como *goodwill*.

## 2.2 Combinação de Negócios e *Goodwill*

Realização:





**14º ECECON**  
Encontro Catarinense  
de Estudantes de  
Ciências Contábeis

**19<sup>o</sup> e 20 setembro 2016**  
Centro de Cultura e Eventos da UFSC  
Florianópolis/SC



Uma combinação de negócios pode ser entendida como uma operação ou outro evento através do qual um adquirente obtém o controle de um ou mais negócios, independentemente da forma jurídica da operação (CPC, 2011). Na ocorrência desta, pode existir diferença entre o valor da contraprestação paga ou a pagar pelo adquirente e o valor justo dos ativos líquidos da adquirida, essa diferença corresponde ao ágio por expectativa de rentabilidade futura (CPC, 2011).

De acordo com o CPC 15 (R1) (2011, p. 21-22), o *goodwill* “é um ativo que representa benefícios econômicos futuros resultantes de outros ativos adquiridos em uma combinação de negócios, os quais não são individualmente identificados”. Hendriksen e Breda (2009, p. 390) consideram-no o “principal exemplo de um intangível que não possui usos alternativos, não é separável, e cujos benefícios são muito incertos”. Adicionalmente, conforme Schmidt e Santos (2009, p. 54), “a definição de *goodwill*, sua natureza, sua característica de não ser separável do negócio todo e seu tratamento contábil estão entre os objetos de estudo mais difíceis e controvertidos da Teoria da Contabilidade”.

Devido ao importante papel que o *goodwill* assume no contexto empresarial e ao seu complexo tratamento contábil, cabe, também, abordar aqui a respeito do estudo de Martins e Martins (2015). Os autores analisaram o fato de o *goodwill*, que pode estar subjetivo nas avaliações ou identificado por transações de mercado, sempre ser explicado por meio de sua associação com ativos, enquanto essa situação pode não ser a real. Nesse sentido, demonstraram que esse ativo pode também ter origem nos passivos onerosos.

Com relação à mensuração do *goodwill*, retoma-se a já citada alteração promovida pelo CPC 15 (R1) (2011), que revogou a amortização desse ativo e estabeleceu que deve ser aplicado o teste de redução ao valor recuperável, no mínimo, anualmente. Assim, caso ocorram eventos que indiquem uma possível desvalorização do *goodwill*, o teste de redução ao valor recuperável também deve ser realizado.

Reimann e Schmidt (2010), através de seu estudo, evidenciaram o modo de mensurar o *goodwill* decorrente de uma combinação de negócios e quais variáveis podem indicar ser necessária a realização de um teste de *impairment* além do exigido anualmente. Constataram que existe uma série de indicadores externos e internos que podem implicar em uma perda por *impairment* do *goodwill*, sendo a administração a responsável por agir atentamente com relação a esses indicadores, ou com relação a qualquer outro que possa indicar a necessidade de realização do teste de *impairment*. Da mesma forma, concluíram ser fundamental investir tempo na segregação da importância paga a mais em uma combinação de negócios, visto que, quanto menor o valor alocado como *goodwill*, menores perdas ou gastos serão concretizados.

Para fins de aplicação do teste de redução ao valor recuperável, o *goodwill* deve, a partir da data da combinação de negócios, ser alocado a cada uma das UGCs do adquirente, ou a grupos de UGCs, com os quais estiver relacionado (CPC, 2010). Ao ser reconhecida perda relativa à UGC (ou seu respectivo grupo) contendo *goodwill*, deve-se, inicialmente, atribuir o valor da perda a esse ativo. Se após o *goodwill* zerar houver saldo remanescente de perda, este deve ser alocado proporcionalmente a cada ativo que compõe a UGC (ou grupo de UGCs) (CPC, 2010).

5

Realização:





**14º ECECON**  
Encontro Catarinense  
de Estudantes de  
Ciências Contábeis

**19<sup>o</sup> e 20 setembro 2016**  
Centro de Cultura e Eventos da UFSC  
Florianópolis/SC



Klann *et al.* (2015, p. 4) colocam que “se os gestores querem demonstrar pouco ou nenhum prejuízo, estes podem alocar o ágio para unidades onde um valor justo implícito do ágio é suficientemente alto para passar no teste de recuperabilidade”. Nessa concepção, os autores relatam a possibilidade de se utilizar o *goodwill* com vistas a gerenciar resultados por meio da alocação desse ágio para ativos que por essência não o originaram, afetando a representação fidedigna dos relatórios.

Santos, Dani e Klann (2015) tiveram como objetivo, verificar, no contexto das companhias abertas brasileiras, se a concentração de propriedade interfere na tomada de decisão relacionada ao emprego do teste de *impairment* sobre o *goodwill*, e se a publicação de informações acessórias sobre o *goodwill* e a governança corporativa estão associadas a esse teste. Como resultados, encontraram que a concentração de propriedade não interfere no emprego do teste de *impairment* sobre o *goodwill*, assim como, a publicação de informações acessórias relacionadas a esse ativo e a governança corporativa.

Souza (2015a) buscou identificar evidências no Brasil que possam indicar que, nos primeiros anos de adoção do pronunciamento CPC 01, ocorreu no *goodwill* a prática de *big bath*, estratégia de reconhecimento de baixas nos ativos com o objetivo de reduzir os lucros e dar a falsa impressão de maiores ganhos em períodos subsequentes. A autora inferiu que, na adoção inicial da norma CPC 01, o comportamento das empresas brasileiras não foi o de realizar *big bath* com o saldo de *goodwill*. Além disso, percebeu que o tratamento dado para esse ativo pelas empresas brasileiras, nas notas explicativas, é deficiente, uma vez que não são divulgadas informações suficientes para que o usuário possa estimar a recuperabilidade do *goodwill*.

Com relação à divulgação de informações concernentes ao teste de *impairment* desse ativo, Barbosa *et al.* (2014), por meio da obtenção de um índice de atendimento à norma e do levantamento de quais informações as empresas brasileiras de capital aberto têm divulgado, examinaram se estas publicaram informações sobre a redução do valor recuperável do *goodwill*. A partir dos resultados inferiram que, generalizando, as empresas negligenciam a divulgação de informações sobre o teste de *impairment* desse ativo.

Na esfera internacional, Abughazaleh *et al.* (2011) analisaram o uso do poder discricionário pelos gestores na determinação das perdas por *impairment* do *goodwill* após a adoção obrigatória da IFRS 3. Para tal, examinaram os determinantes dessas perdas no Reino Unido, encontrando como resultados que, com relação às perdas por *impairment* do *goodwill*, a variável “*book to market*” (que compara o valor patrimonial com o valor de mercado) se mostrou significativa e positiva, ao passo que as variáveis “variação do fluxo de caixa operacional” e “retorno sobre o ativo” se mostraram significativamente negativas. Além disso, o “valor do *goodwill*” se mostrou insignificante e positivo; a UGC se mostrou insignificante e positiva; e a “variação do *turnover*” se mostrou insignificante e positiva. Ademais, verificaram o efeito do *big bath* sobre o reconhecimento, que se mostrou significativo e negativo.

A partir de seu estudo, Zang (2008) examinou se os gestores usam, de forma estratégica, o poder discricionário na determinação das perdas por *impairment* do *goodwill*. Dentre os resultados

6

Realização:





**14º ECECON**  
Encontro Catarinense  
de Estudantes de  
Ciências Contábeis

**19<sup>o</sup> e 20** setembro 2016  
Centro de Cultura e Eventos da UFSC  
Florianópolis/SC



obtidos, identificou uma relação significativa e negativa entre a alavancagem financeira e as perdas por *impairment* do *goodwill*, assim como para a variável “retorno sobre o ativo”. O valor do *goodwill* se apresentou significativamente positivo.

O CPC 01 (R1) também disciplina sobre a reversão de perda por redução ao valor recuperável de um ativo ou de uma UGC, reconhecida em períodos anteriores. De acordo com o referido Pronunciamento, essa reversão não se aplica ao *goodwill*. Reimann e Schmidt (2010, p. 57) consideram que “isso se deve ao fato de que a melhora na expectativa de geração de fluxos de caixa futuros é mais provável de ser ligada ao *goodwill* gerado internamente pela entidade, o qual não pode ser reconhecido”. Os autores abordam ser responsabilidade da administração prevenir a ocorrência de perda por redução ao valor recuperável do *goodwill*, visto que este é o único ativo cuja perda por *impairment* não pode sofrer reversão.

O Quadro 1, apresentado a seguir, demonstra de maneira sucinta estudos que relacionam determinadas variáveis com a aplicação do teste de *impairment* ou com o reconhecimento das perdas por *impairment*.

Realização:





### Quadro 1 – Pesquisas relacionadas

Autores	Objetivo	Metodologia	Período	Relação Investigada
Abughazaleh et al. (2011)	Analisar o uso do poder discricionário dos gestores na determinação de perdas por <i>impairment</i> do <i>goodwill</i> de acordo com a IFRS 3 (combinações de negócios)	Regressão com dados em painel	2005-2006	Relação entre a <b>variável dependente</b> : Perda por <i>impairment</i> do <i>goodwill</i> e as <b>variáveis independentes</b> : <i>Book-to-market</i> ; valor contábil; UGC; <i>turnover</i> ; variação no fluxo de caixa operacional (FCO); retorno sobre o ativo; passivos; práticas de <i>smooth</i> ; mudanças de CEO na gestão; tamanho
Wrubel, Marassi e Klann (2015)	Identificar os fatores que determinam o reconhecimento de perdas por <i>impairment</i> em empresas brasileiras	(1) Estatística descritiva; (2) Regressão linear múltipla	2010-2012	Relação entre a <b>variável dependente</b> : Perda por <i>impairment</i> e as <b>variáveis independentes</b> : Variação da mediana do ROA Ajustado <i>Pre impairment</i> (lucro líquido acrescido de perdas por <i>impairment</i> ); Variação da mediana das Receitas; Variação da mediana do Patrimônio Líquido <i>Pre impairment</i> ; Variação da Receita da empresa no ano <i>t-1</i> para <i>t</i> , dividido pelo total dos ativos no ano anterior; Variação no Lucro Líquido <i>Pre impairment</i> , dividido pelo total dos ativos no final do ano <i>t-1</i> ; Variação no FCO; Variação do Patrimônio Líquido <i>Pre impairment</i> ; Passivo Não Circulante dividido pelo Patrimônio Líquido <i>Pre impairment</i> ; <i>Bath</i> ; <i>Smooth</i>
Klann et al. (2015)	Verificar os determinantes do reconhecimento das perdas por <i>impairment</i> do <i>goodwill</i>	Regressão com dados em painel	2009-2013	Relação entre a <b>variável dependente</b> : Perda por <i>Impairment</i> do <i>Goodwill</i> e as <b>variáveis independentes</b> : Alavancagem; Mudança de Gestão; <i>Book to Market</i> ; Unidade Geradora de Caixa; <i>Turnover</i> (volume de negócios) <i>t-1</i> para <i>t</i> ; Variação do Fluxo de Caixa Operacional; Variação da Rentabilidade sobre o Ativo Total; Valor do <i>Goodwill</i>
Santos, Dani e Klann (2015)	(1) Verificar se a concentração de propriedade interfere na tomada de decisão em relação à aplicação do teste de <i>impairment</i> sobre o <i>goodwill</i> ; (2) Constatar se a divulgação de informações acessórias sobre o <i>goodwill</i> e a governança corporativa estão associadas ao teste de <i>impairment</i> sobre o <i>goodwill</i> no contexto das companhias abertas brasileiras	(1) <i>Mann-Whitney</i> ; (2) <i>Qui-Quadrado</i>	2012	Relação entre a <b>variável dependente</b> : Realização ou não do teste de <i>impairment</i> e as <b>variáveis independentes</b> : Percentual de ações dos acionistas minoritários; Percentual de ações dos acionistas majoritários; Divulgação de informações relacionadas ao <i>goodwill</i> ; Nível de governança corporativa
Souza (2015a)	Identificar evidências no Brasil de <i>big bath</i> nos primeiros anos de adoção do pronunciamento CPC 01 no que tange ao <i>impairment</i> do <i>goodwill</i>	Análises qualitativas	2008 e 2009	Relações existentes entre o reconhecimento de perdas, o resultado do exercício, a rentabilidade do ativo e o nível de governança corporativa das empresas componentes da amostra

Fonte: Dados da Pesquisa.

Realização:



## 2.3 Hipóteses da Pesquisa

O Quadro 2, a seguir, demonstra a definição das hipóteses investigadas na presente pesquisa.

**Quadro 2 – Hipóteses da pesquisa**

Hipóteses	Definição
H <sub>1</sub>	Existe uma relação positiva entre o <i>book to market</i> e o reconhecimento das perdas por <i>impairment</i> do <i>goodwill</i>
H <sub>2</sub>	Existe uma relação, sem sinal definido, entre a quantidade de unidade geradora de caixa e o reconhecimento das perdas por <i>impairment</i> do <i>goodwill</i>
H <sub>3</sub>	Existe uma relação negativa entre o <i>turnover</i> e o reconhecimento das perdas por <i>impairment</i> do <i>goodwill</i>
H <sub>4</sub>	Existe uma relação negativa entre a variação do fluxo de caixa operacional e o reconhecimento das perdas por <i>impairment</i> do <i>goodwill</i>
H <sub>5</sub>	Existe uma relação negativa entre a rentabilidade do ativo e o reconhecimento das perdas por <i>impairment</i> do <i>goodwill</i>
H <sub>6</sub>	Existe uma relação positiva entre o valor do <i>goodwill</i> e o reconhecimento das perdas por <i>impairment</i> do <i>goodwill</i>
H <sub>7</sub>	Existe uma relação negativa entre a alavancagem financeira e o reconhecimento das perdas por <i>impairment</i> do <i>goodwill</i>

Fonte: Adaptado de Klann *et al.* (2015).

Observa-se que, a partir da finalidade de identificar quais fatores explicam o reconhecimento das perdas por *impairment* do *goodwill* resultante de uma combinação de negócios no ano de 2015, aplicam-se a este trabalho, de forma adaptada, sete das oito hipóteses investigadas por Klann *et al.* (2015). Esses autores, conforme já mostrado no Quadro 1, buscaram examinar os determinantes do reconhecimento das perdas por *impairment* do *goodwill* no período de 2009 a 2013.

Do mesmo modo, Abughazaleh *et al.* (2011) esperavam: (i) maior reconhecimento de perdas por *impairment* do *goodwill* pelas empresas que possuíssem maior *book to market*; (ii) uma relação, sem sinal definido, entre UGCs e as perdas por *impairment* do *goodwill*, uma vez que as UGCs podem ser entendidas como uma oportunidade para serem reconhecidas perdas por *impairment* do *goodwill*, ou como um meio para evitar tais perdas; (iii) uma associação negativa entre os fluxos de caixa e as perdas por *impairment* do *goodwill*; e (iv) uma associação positiva entre o valor do *goodwill* e as perdas por *impairment* do *goodwill*.

## 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa é do tipo descritiva, documental e quantitativa. Descritiva, uma vez que descreve fatores que explicam o reconhecimento das perdas por *impairment* do *goodwill*.

Realização:





Documental, pois as informações foram coletadas através das Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFPs) e por meio de base de dados. Quantitativa, visto que são empregados métodos estatísticos para o tratamento e análise dos dados.

### 3.1 População e Amostra

O estudo teve como população as empresas listadas na BM&FBOVESPA. Dessa população, todas as empresas que publicaram as DFPs referentes ao ano de 2015, exceto as que compõem o setor de atuação Financeiro e Outros, tiveram suas Notas Explicativas e o Balanço Patrimonial analisados. A Tabela 1 evidencia o processo que derivou na amostra final.

**Tabela 1 – Amostra da pesquisa**

Aspectos Considerados	Nº de Empresas
Empresas listadas na BM&FBOVESPA, exceto as do setor Financeiro e Outros	346
(-) Empresas que não publicaram as DFPs referentes a 2015 (considerando a publicação através do <i>site</i> da BM&FBOVESPA e do <i>site</i> da empresa)	10
(-) Empresas que não apresentaram saldo de <i>goodwill</i> resultante de combinação de negócios ou não apresentaram as informações necessárias para a realização da pesquisa	213
<b>(=) Subtotal (empresas nas quais foi possível identificar saldo de <i>goodwill</i> resultante de combinação de negócios)</b>	<b>123</b>
(-) Empresas, cujos dados necessários para a realização da pesquisa não foram apresentados na base de dados Econômica <sup>®</sup>	21
<b>(=) Amostra Final (empresas nas quais foi possível identificar saldo de <i>goodwill</i> resultante de combinação de negócios e cujos dados necessários para a realização da pesquisa foram apresentados na base de dados Econômica<sup>®</sup>)</b>	<b>102</b>

Fonte: Dados da Pesquisa.

Nota-se que, a amostra final foi composta por 102 empresas, sendo importante ressaltar que foi possível identificar saldo de *goodwill* resultante de combinação de negócios em todas elas. Todavia, não necessariamente esses saldos acarretaram em perdas em 2015.

Vale abordar que, a empresa Grendene S.A., componente do setor de atuação Consumo Cíclico, evidenciou saldo de *goodwill* igual a zero, em 31 de dezembro de 2015. Entretanto, considerou-se importante mantê-la na amostra, pois o que ocorreu foi a baixa por *impairment*, no exercício de 2015, da totalidade do saldo de *goodwill* existente em 31 de dezembro de 2014, no valor de R\$ 10.931.000. A empresa Libra Terminal Rio S.A. também se enquadra nessa situação, porém, não está incluída na amostra final pelo motivo explicado, anteriormente, na Tabela 1.

### 3.2 Coleta e Tratamento dos Dados

Os dados correspondem aos anos de 2014 e 2015 e foram coletados a partir das Notas Explicativas e do Balanço Patrimonial, relativos ao período de 2015, e por meio da base de dados

Realização:





Economática®.

O Quadro 3 apresenta o conjunto de variáveis independentes (explicativas) com relação ao qual espera-se ter influência sobre a variável dependente (resposta) perda por *impairment* do *goodwill* referente ao exercício de 2015 (IMPG).

**Quadro 3 – Variáveis da pesquisa**

Descrição	Definição	Coleta	Sinal Esperado	Fonte
<b>Variável Dependente</b>				
Perda por <i>impairment</i> do <i>goodwill</i> referente ao exercício de 2015 (IMPG)	Valor contabilizado como perda por <i>impairment</i> do <i>goodwill</i> em 2015/Ativo Total em 31.12.2014	Notas Explicativas/Balanco Patrimonial (BM&FBOVESPA); Economática®	—	Adaptado de Abughazaleh <i>et al.</i> (2011); Klann <i>et al.</i> (2015)
<b>Variáveis Independentes</b>				
<i>Book to Market</i> (BM)	(Patrimônio Líquido em 31.12.2015 - perda por <i>impairment</i> em 2015)/ Valor de Mercado em 31.12.2015	Notas Explicativas/Balanco Patrimonial (BM&FBOVESPA); Economática®	+	Adaptado de Abughazaleh <i>et al.</i> (2011); Klann <i>et al.</i> (2015)
Unidade Geradora de Caixa (UGC)	<i>Variável Dummy</i> : 1 para quando apresenta informação nas Notas Explicativas (NEs) sobre a UGC ou UGCs, porém sem especificá-la(s); 2 para quando há essa especificação; e 0 caso não possua informação nas NEs.	Notas Explicativas (BM&FBOVESPA)	+ ou -	Adaptado de Abughazaleh <i>et al.</i> (2011); Klann <i>et al.</i> (2015)
<i>Turnover</i> de 2014 para 2015 (TURN)	(Receita Total em 2015/Ativo Total em 31.12.2015)/(Receita Total em 2014/Ativo Total em 31.12.2014) - 1	Economática®	-	Adaptado de Abughazaleh <i>et al.</i> (2011); Klann <i>et al.</i> (2015)
Varição do Fluxo de Caixa Operacional ( $\Delta$ FCO)	(Fluxo de Caixa Operacional em 2015/Ativo Total em 31.12.2015)/(Fluxo de Caixa Operacional em 2014/Ativo Total em 31.12.2014) - 1	Economática®	-	Adaptado de Abughazaleh <i>et al.</i> (2011); Klann <i>et al.</i> (2015)
Rentabilidade sobre o Ativo Total (ROA)	Lucro em 2015 antes dos impostos/Ativo Total em 31.12.2015	Economática®	-	Adaptado de Abughazaleh <i>et al.</i> (2011); Zang (2008); Klann <i>et al.</i> (2015)
Valor do <i>Goodwill</i> (GOOD)	Saldo do <i>Goodwill</i> em 31.12.2015/Ativo Total em 31.12.2014	Notas Explicativas/Balanco Patrimonial (BM&FBOVESPA); Economática®	+	Adaptado de Abughazaleh <i>et al.</i> (2011); Zang (2008); Klann <i>et al.</i> (2015)
Alavancagem Financeira (ALAFIN)	Passivo Total em 31.12.2015/Ativo Total em 31.12.2015	Economática®	-	Adaptado de Zang (2008); Klann <i>et al.</i> (2015)

Fonte: Dados da Pesquisa.

Realização:





Observa-se que, as variáveis expostas, mediante o Quadro 3, foram adaptadas dos trabalhos de Abughazaleh *et al.* (2011), Klann *et al.* (2015) e Zang (2008). Da mesma forma, o modelo estudado nesta pesquisa, demonstrado a seguir, foi adaptado dos respectivos modelos elaborados por Abughazaleh *et al.* (2011) e Klann *et al.* (2015).

$$\text{IMPG} = \alpha + \beta_1 \text{BM}_1 + \beta_2 \text{UGC (nível 1)}_2 + \beta_3 \text{UGC (nível 2)}_3 + \beta_4 \text{TURN}_4 + \beta_5 \Delta \text{FCO}_5 + \beta_6 \text{ROA}_6 + \beta_7 \text{GOOD}_7 + \beta_8 \text{ALAFIN}_8 + u$$

Diferentemente dos estudos anteriores, esta pesquisa dividiu a variável UGC em dois níveis. O primeiro nível refere-se à informação encontrada nas notas explicativas sobre as UGCs (políticas contábeis). No nível 2, as UGCs foram identificadas ou especificadas pela empresa, por exemplo, quando a empresa aborda que as UGCs são divididas por segmento operacional. Entendeu-se como relevante essa segregação porque a amostra contém empresas que apresentaram de forma mais detalhada suas UGCs.

Com a finalidade de verificar as relações entre a variável dependente e as variáveis independentes, assim como rejeitar ou não as hipóteses da pesquisa, após a coleta dos dados e cálculo das variáveis, foi realizada análise de regressão linear múltipla, utilizando-se o *software SPSS Statistics*<sup>®</sup>.

#### 4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Esta seção abrange a análise dos resultados. Para tal, primeiramente, a Tabela 2 arrola, por setor de atuação, o número de empresas que apresentaram saldo de *goodwill* resultante de combinação de negócios, em 31 de dezembro de 2015, e a média desses saldos. Também informa o número de perdas por *impairment* desse ativo, referentes ao exercício de 2015, que foram identificadas.

**Tabela 2 – Média do saldo de *goodwill* e número de perdas por *impairment***

Sector de atuação	Nº de empresas por setor de atuação	Média saldo de <i>goodwill</i>	Nº de perdas por <i>impairment</i> do <i>goodwill</i>
Bens Industriais	15	308.711.800	1
Construção e Transporte	14	122.527.143	4
Consumo Cíclico	24	1.181.524.583	1
Consumo não Cíclico	24	2.280.562.958	4
Materiais Básicos	13	4.156.603.538	5
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	1	1.117.000.000	0
Tecnologia da Informação	5	212.315.320	3
Telecomunicações	4	6.231.084.000	0
Utilidade Pública	2	43.611.500	0
<b>Total</b>	<b>102</b>	<b>1.673.158.231</b>	<b>18</b>

Fonte: Dados da Pesquisa.

Realização:





O setor que apresentou maior média do saldo de *goodwill* resultante de combinação de negócios, em 31 de dezembro de 2015, foi o Telecomunicações, cujo valor da média foi de R\$ 6.231.084.000. Já o setor Materiais Básicos, foi o que apresentou maior quantidade de perdas por *impairment* desse ativo, relativas ao ano de 2015, apesar de uma pequena diferença entre os números de tais perdas.

Ressalta-se que, das 102 empresas amostradas, apenas 18 reconheceram perdas por *impairment* do *goodwill*. Isto é, um número muito pequeno, inclusive em termos percentuais, cuja representatividade foi de 17,65% da amostra final.

A Tabela 3 traz a estatística descritiva da variável resposta e das variáveis explicativas do modelo. É possível perceber que as variáveis IMPG, UGC (nível 1), UGC (nível 2) e GOOD apresentaram valor mínimo igual a zero. No caso da variável IMPG, isso se deve ao fato de existirem empresas que não reconheceram perdas por *impairment* do *goodwill* em 2015. Conforme abordado anteriormente, a maioria das entidades não reconheceram tais perdas. Para as variáveis UGC (nível 1) e UGC (nível 2), o valor mínimo igual a zero decorre de algumas empresas não terem compreendido em suas Notas Explicativas informação sobre unidade geradora de caixa, o que leva a crer que estas não a possuem. Já para a variável GOOD, o valor mínimo igual a zero pode ser explicado pelo fato de a empresa Grendene S.A., em 2015, ter reconhecido a totalidade do saldo de *goodwill* como perda por *impairment*. Os valores mínimos das demais variáveis foram abaixo de zero.

**Tabela 3 – Estatística Descritiva**

Variáveis	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
IMPG	0,0000	0,1038	0,0049	0,0159
BM	-10,6230	13,2921	1,3700	2,8040
UGC (nível 1)	0,0000	1,0000	0,2843	0,4533
UGC (nível 2)	0,0000	1,0000	0,6863	0,4663
TURN	-6.229,8755	105,0450	-61,8412	617,3831
ΔFCO	-0,7028	0,1801	-0,1192	0,1204
ROA	-117,8213	18,4972	-2,4680	17,0258
GOOD	0,0000	0,5722	0,1322	0,1487
ALAFIN	-122,5010	108,7413	0,5301	21,8416

Fonte: Dados da Pesquisa.

Dentre os valores obtidos para o desvio padrão, chamam atenção os das variáveis TURN, ALAFIN e ROA. Com base em Fávero *et al.* (2009), pode-se afirmar que estas possuem observações com valores muito afastados da média, principalmente a variável TURN, cujo valor do desvio padrão é igual a 617,3831. As demais variáveis não apresentaram dispersão elevada.

Partindo-se para a análise de regressão linear múltipla, cabe elucidar que o modelo de regressão foi aplicado para dois conjuntos de observações: (1) buscou-se verificar as relações entre a variável dependente (IMPG) e as variáveis independentes (BM, UGC (nível 1), UGC (nível 2), TURN, ΔFCO, ROA, GOOD, ALAFIN) para todas as observações que compõem a amostra final,

Realização:



POLO DE  
EDUCAÇÃO  
A DISTÂNCIA  
FLORIANÓPOLIS





ou seja, para todas as 102 empresas que apresentaram saldo de *goodwill* resultante de combinação de negócios, independentemente, destas terem reconhecido perdas por *impairment* desse ativo, em 2015, ou não; (2) buscou-se verificar as relações entre a variável dependente (IMPG) e as variáveis independentes (BM, UGC (nível 1), UGC (nível 2), TURN,  $\Delta$ FCO, ROA, GOOD, ALAFIN) apenas para as 18 empresas que reconheceram perdas por *impairment* do *goodwill* em 2015.

A Tabela 4 traz os resultados encontrados para a aplicação do modelo de regressão considerando-se todas as 102 empresas que apresentaram saldo de *goodwill* resultante de combinação de negócios, independentemente de terem reconhecido perdas por *impairment* desse ativo, em 2015. Com isso, buscaram-se explicações para o reconhecimento das perdas por *impairment* do *goodwill* entre as empresas que reconheceram e as que não reconheceram tais perdas.

**Tabela 4 – Resultados da regressão linear múltipla para todas as empresas que reconheceram *goodwill* (variável dependente: perdas por *impairment* no *goodwill*)**

Variáveis	Coefficientes angulares	P Value	Tolerance	VIF
BM	0,139	0,070	0,879	1,137
UGC (nível 1)	-0,183	0,390	0,113	8,838
UGC (nível 2)	-0,195	0,364	0,110	9,066
TURN	0,007	0,927	0,972	1,029
$\Delta$ FCO	0,032	0,721	0,627	1,595
ROA	-0,724	0,000*	0,727	1,375
GOOD	0,152	0,042*	0,926	1,080
ALAFIN	0,072	0,320	0,971	1,029
$R^2$		0,529		
$R^2$ Ajustado		0,488		
Estatística $F$		13,057		
Sig.		0,000		
<b>Empresas analisadas</b>		<b>102</b>		

\* significativo ao nível de 5%.

Fonte: Dados da Pesquisa.

Conforme Fávero *et al.* (2009, p. 353), “a capacidade explicativa do modelo é analisada pelo  $R^2$  da regressão, conhecido por coeficiente de ajuste ou explicação”. Assim, observa-se que, a capacidade explicativa do modelo de regressão aplicado considerando-se a amostra final é de 52,9%. Ou seja, 52,9% da variação da variável dependente (IMPG) é explicada pelas variáveis independentes do modelo. Ajustando-se ao poder de explicação ( $R^2$  ajustado), tem-se que o modelo explica 48,8% da variação em IMPG.

A estatística  $F$  permite a análise da significância conjunta dos parâmetros do modelo, e através do Sig.  $F = 0,000 < 0,05$ , pode-se afirmar que este é significativo (FÁVERO *et al.*, 2009). Já com relação a significância estatística de cada parâmetro do modelo, proporcionada pela estatística  $t$ , a Tabela 4 mostra que somente as variáveis ROA e GOOD se mostraram significativas,



**14º ECECON**  
Encontro Catarinense  
de Estudantes de  
Ciências Contábeis

**19<sup>o</sup> e 20** setembro 2016  
Centro de Cultura e Eventos da UFSC  
Florianópolis/SC



pois Sig.  $t$  ( $p$ -value) < 0,05 (FÁVERO *et al.*, 2009).

Verificou-se uma relação significativa e negativa entre a Rentabilidade sobre o Ativo Total e o reconhecimento das perdas por *impairment* do *goodwill*; assim como uma relação significativa e positiva entre o Valor do *Goodwill* e o reconhecimento de tais perdas.

Tem-se, assim, que a rentabilidade e o saldo do *goodwill* ajudam a explicar o reconhecimento de perdas por *impairment* nos ativos das companhias da amostra. Além disso, os sinais encontrados na relação entre esses dois fatores e a variável dependente corroboram os achados em pesquisas anteriores (ABUGHAZALEH *et al.*, 2011; ZANG, 2008; KLANN *et al.*, 2015). Dessa forma, empresas com maiores valores de *goodwill* tendem a reconhecer perdas por *impairment* referentes a esse ativo, e empresas menos rentáveis também tendem a ter esse reconhecimento. Portanto, as hipóteses H<sub>5</sub> e H<sub>6</sub> não foram rejeitadas.

As hipóteses H<sub>1</sub>, H<sub>2</sub>, H<sub>3</sub>, H<sub>4</sub> e H<sub>7</sub> foram rejeitadas, uma vez que as variáveis BM, UGC (nível 1), UGC (nível 2), TURN, ΔFCO e ALAFIN não se mostraram significativas. Com relação aos sinais dos coeficientes angulares destas, a variável BM foi a única que apresentou o sinal esperado. Entretanto, uma vez que não foi estabelecido sinal para a relação entre o reconhecimento das perdas e as respectivas variáveis UGC (nível 1) e UGC (nível 2), não se pode afirmar que estas não apresentaram o sinal esperado.

Para verificar a existência de multicolinearidade utilizou-se as estatísticas *Variance Inflation Factor* (VIF) e *Tolerance* (Tolerância). Percebe-se que as variáveis UGC (nível 1) e UGC (nível 2) apresentaram baixos valores de *Tolerance*, o que indica, de acordo com Fávero *et al.* (2009), que estas compartilham um alto percentual de sua variância com as demais variáveis independentes. Nota-se, também, que os respectivos valores dessas variáveis para a estatística VIF foram maiores do que 5, indicando, segundo os referidos autores, que podem ocorrer problemas de multicolinearidade. Isso pode se dar pela heterogeneidade da amostra, composta por empresas de diferentes tamanhos (em termos de ativo e rentabilidade).

Diante disso, considerando-se todas as 102 empresas que apresentaram saldo de *goodwill* resultante de combinação de negócios, independentemente de estas terem reconhecido ou não perdas por *impairment* desse ativo, em 2015, os fatores Rentabilidade sobre o Ativo Total e Valor do *Goodwill* mostraram exercer influência sobre o reconhecimento das perdas por *impairment* do *goodwill*.

A Tabela 5 mostra os resultados obtidos para a aplicação do modelo de regressão levando-se em conta apenas as 18 empresas que reconheceram perdas por *impairment* do *goodwill*. Assim, nesse modelo estão sendo consideradas tão somente as empresas que efetivamente reconheceram perdas em 2015, diferentemente do modelo apresentado na Tabela 4.

Realização:



**Tabela 5 – Resultados da regressão linear múltipla para as empresas que reconheceram perdas por *impairment* do *goodwill***

Variáveis	Coefficientes angulares	P Value	Tolerance	VIF
BM	-0,211	0,360	0,608	1,646
UGC (nível 1)	-	-	0,000	-
UGC (nível 2)	0,037	0,873	0,580	1,724
TURN	0,110	0,663	0,494	2,023
ΔFCO	0,194	0,451	0,479	2,086
ROA	-0,674	0,017*	0,533	1,876
GOOD	0,277	0,190	0,756	1,323
ALAFIN	0,127	0,591	0,562	1,778
$R^2$		0,706		
$R^2$ Ajustado		0,500		
Estatística $F$		3,427		
Sig.		0,039		
<b>Empresas analisadas</b>		<b>18</b>		

\* significativo ao nível de 5%.

Fonte: Dados da Pesquisa.

Relativo ao  $R^2$  da regressão, este indica que as variáveis independentes do modelo explicam 50% da variação da variável IMPG, considerando o  $R^2$  ajustado. Por meio do Sig.  $F = 0,039 < 0,05$  tem-se que o modelo é significativo e, a partir do  $p$ -value, é possível afirmar que a única variável que se mostrou significativa foi o ROA, pois Sig.  $t < 0,05$  (FÁVERO *et al.*, 2009).

Somando-se a isso o fato do coeficiente angular dessa variável ser negativo, a hipótese  $H_5$  não foi rejeitada. Logo, verificou-se uma relação significativa e negativa entre a Rentabilidade sobre o Ativo Total e o reconhecimento das perdas por *impairment* do *goodwill*, corroborando o primeiro modelo analisado (Tabela 4) e as pesquisas adjacentes ao tema (ABUGHAZALEH *et al.*, 2011; ZANG, 2008). Assim, empresas menos rentáveis tendem a reconhecer tais perdas.

Adicionalmente, tem-se que o sinal encontrado na relação entre esse fator e a variável dependente corrobora os achados em pesquisas anteriores (ABUGHAZALEH *et al.*, 2011; ZANG, 2008; KLANN *et al.*, 2015).

Com relação à multicolinearidade, verifica-se que a variável UGC (nível 1) foi excluída do modelo por possuir *Tolerance* igual a zero. Para as demais variáveis, a partir da estatística VIF, pode-se inferir que não ocorreram problemas de multicolinearidade. Da mesma forma, a amostra, em relação a primeira aplicação do modelo, é menor.

Uma vez que as variáveis BM, UGC (nível 2), TURN, ΔFCO, GOOD e ALAFIN não se mostraram significativas, as hipóteses  $H_1$ ,  $H_2$ ,  $H_3$ ,  $H_4$ ,  $H_6$  e  $H_7$  foram rejeitadas. Relativo aos sinais dos coeficientes angulares dessas variáveis, a variável GOOD foi a única que apresentou o sinal esperado. Todavia, como já abordado, não foi estabelecido sinal para a relação entre a perda por *impairment* e as respectivas variáveis UGC (nível 1) e UGC (nível 2). Assim, considerando que a variável UGC (nível 1) foi excluída, não se pode afirmar que a variável UGC (nível 2) não



**14º ECECON**  
Encontro Catarinense  
de Estudantes de  
Ciências Contábeis

**19 e 20 setembro 2016**  
Centro de Cultura e Eventos da UFSC  
Florianópolis/SC



apresentou o sinal esperado.

Dessa forma, considerando-se apenas as 18 empresas que reconheceram perdas por *impairment* do *goodwill*, o fator Rentabilidade sobre o Ativo Total foi o único que mostrou exercer influência sobre o reconhecimento das perdas por *impairment* desse ativo.

Em ambas as situações o teste de Durbin-Watson, utilizado para fins de verificação da autocorrelação dos resíduos, não foi efetuado, uma vez que os dados do modelo de regressão referem-se somente ao ano de 2015.

Vale observar que os resultados encontrados se diferem dos obtidos por Klann *et al.* (2015). Através de sua pesquisa, esses autores encontraram que as variáveis UGC e *Turnover* são significantes com relação ao reconhecimento das perdas por *impairment* do *goodwill*, enquanto que, para as variáveis Variação da Rentabilidade sobre o Ativo Total e Valor do *Goodwill*, tal significância não foi constatada.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo objetivou identificar as explicações para o reconhecimento das perdas por *impairment* do *goodwill*, resultante de uma combinação de negócios, nas empresas listadas na BM&FBOVESPA em 2015. Os dados foram coletados das DFPs e do banco de dados Econômica<sup>®</sup> e, para a aplicação do modelo de regressão linear múltipla, foi utilizado o *software SPSS Statistics*<sup>®</sup>. Assim, de modo similar ao estudo de Klann *et al.* (2015), analisou-se quais fatores estão relacionados ao reconhecimento das perdas por *impairment* do *goodwill*.

Primeiramente, aplicou-se o modelo de regressão para todas as 102 empresas que apresentaram saldo de *goodwill* resultante de combinação de negócios, independentemente, destas terem reconhecido perdas por *impairment* desse ativo, em 2015, ou não. Após, aplicou-se o modelo apenas para as 18 empresas que reconheceram perdas por *impairment* do *goodwill* em 2015. Para a primeira aplicação do modelo, os fatores Rentabilidade sobre o Ativo Total e Valor do *Goodwill* se mostraram significantes com relação ao reconhecimento das perdas por *impairment* do *goodwill*. Por sua vez, para a segunda aplicação do modelo, constatou-se a Rentabilidade sobre o Ativo Total como único fator significativo.

Os demais fatores analisados, *Book to Market*, UGC (nível 1 e nível 2), *Turnover*, Variação do Fluxo de Caixa Operacional e Alavancagem Financeira não se mostraram significantes para as duas aplicações do modelo de regressão.

Assim, tendo-se uma relação significativa e positiva entre o Valor do *Goodwill* e o reconhecimento das perdas por *impairment* do *goodwill*, infere-se, de acordo com Klann *et al.* (2015), que as empresas com maior quantidade desse ativo estão reconhecendo maiores perdas por *impairment* do *goodwill*.

Concernente à relação entre a Rentabilidade sobre o Ativo Total e o reconhecimento das perdas por *impairment* do *goodwill*, tem-se que esta é significativa e negativa. Logo, as empresas menos rentáveis tendem a reconhecer mais perdas por *impairment* do *goodwill*, apontando, por

17

Realização:



POLO DE  
EDUCAÇÃO  
A DISTÂNCIA  
FLORIANÓPOLIS





**14º ECECON**  
Encontro Catarinense  
de Estudantes de  
Ciências Contábeis

**19<sup>o</sup> e 20** setembro 2016

Centro de Cultura e Eventos da UFSC  
Florianópolis/SC

**Mercado de Trabalho  
e o Desafio Profissional**



exemplo, que essas entidades podem estar realizando práticas de *big bath*, uma vez que é possível estarem reconhecendo mais perdas, no presente, para que os resultados seguintes ‘pareçam’ maiores.

Em consonância com as pesquisas de Souza (2015a) e Barbosa *et al.* (2014), este estudo também constatou deficiência na divulgação de informações a respeito do *goodwill* e de seu teste de *impairment*. Adicionalmente, tem-se que muitas empresas deixaram de ser consideradas nesta pesquisa em decorrência de sua análise ter sido prejudicada, ou até mesmo não ter sido possível, visto que muitas DFPs apresentaram falta de coerência com as normas ou proporcionaram informações incompletas para os usuários.

Este estudo possui como limitação o fato de não terem sido consideradas todas as variáveis que podem se enquadrar como fatores que explicam o reconhecimento das perdas por *impairment* do *goodwill*. Logo, sugere-se para trabalhos futuros a continuação desta pesquisa com a inclusão de novas variáveis ao modelo.

## REFERÊNCIAS

ABUGHAZALEH, N. M.; AL-HARES, O. M.; ROBERTS, C. Accounting discretion in goodwill impairments: UK evidence. **Journal of International Financial Management & Accounting**, v. 22, n. 3, p. 165-204, 2011.

Bolsa de Mercadorias e Futuros da Bovespa - BM&FBOVESPA. **Empresas listadas**. Disponível em: <[http://www.bmfbovespa.com.br/pt\\_br/produtos/listados-a-vista-e-derivativos/renda-variavel/empresas-listadas.htm](http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/produtos/listados-a-vista-e-derivativos/renda-variavel/empresas-listadas.htm)>. Acesso em: junho de 2016.

BARBOSA, J. S.; CONSONI, S.; SCHERER, L. M; CLEMENTE, A. *Impairment no goodwill: uma análise baseada na divulgação contábil*. **REPeC – Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, Brasília, v. 8, n. 2, art. 3, p. 159-179, abr./jun. 2014.

CPC. Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos>>. Acesso em: 20 de maio de 2016.

\_\_\_\_\_. Pronunciamento Técnico CPC 00 (R1) - **Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro**. Brasília, 02 de dezembro de 2011. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=80>>. Acesso em: 20 de maio de 2016.

Realização:



POLO DE  
EDUCAÇÃO  
A DISTÂNCIA  
FLORIANÓPOLIS





**14º ECECON**  
Encontro Catarinense  
de Estudantes de  
Ciências Contábeis

**19<sup>o</sup> e 20** setembro 2016  
Centro de Cultura e Eventos da UFSC  
Florianópolis/SC



\_\_\_\_\_. Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) - **Redução ao Valor Recuperável de Ativos**. Brasília, 06 de agosto de 2010. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=2>>. Acesso em: 20 de maio de 2016.

\_\_\_\_\_. Pronunciamento Técnico CPC 15 (R1) - **Combinação de Negócios**. Brasília, 03 de junho de 2011. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=46>>. Acesso em: 20 de maio de 2016.

FÁVERO, L. P.; BELFIORE, P.; SILVA, F. L.; CHAN, B. L. **Análise de dados**: modelagem multivariada para tomada de decisões. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

HENDRIKSEN, E. S.; BRENDA, M. F. V. Tradução: Antonio Zoratto Sanvicente. **Teoria da contabilidade**. 1. ed. 7. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

KLANN, R. C.; PLETSCHE, C. S.; VOGT, M.; MORÁS, V. R. Determinantes do reconhecimento das perdas por *impairment* do *goodwill*. In: **Congresso USP de Controladoria e Contabilidade**, 15., 2015, São Paulo, SP, Brasil – 29 a 31 de julho de 2015.

MARTINS, E.; MARTINS, V. A. Contabilidade e finanças: a temerária utilização do WACC. **Revista Universo Contábil**, FURB, Blumenau, v. 11, n. 1, p. 25-46, jan./mar., 2015.

REIMANN, L. B.; SCHMIDT, P. Teste de *impairment* do *goodwill* adquirido em uma combinação de negócios. **ConTexto**, Porto Alegre, v. 10, n. 18, p. 49-62, 2010.

SANTOS, P. S. A.; DANI, A. C.; KLANN, R. C. Concentração de propriedade e o *impairment loss* sobre o *goodwill*: investigação empírica no contexto das companhias abertas brasileiras. **Revista de la Facultad de Ciencias Económicas de la Universidad Militar Nueva Granada**. rev.fac.cienc.econ, XXIII (1), Junho 2015, 175-188.

SCHMIDT, P.; SANTOS, J. L. **Avaliação de ativos intangíveis**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SOUZA, M. M. Big Bath: evidências brasileiras na adoção inicial da norma que trata de redução no valor recuperável do *goodwill*. **Revista Ambiente Contábil**, UFRN, Natal-RN, v. 7. n. 1, p. 35-50, jan./jun. 2015a.

SOUZA, M. M. **Value relevance do nível de disclosure das combinações de negócios e do goodwill reconhecido nas empresas brasileiras**. 2015b. 183f. Tese (Doutorado em Administração), Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Realização:





**14º ECECON**  
Encontro Catarinense  
de Estudantes de  
Ciências Contábeis

**19<sup>e</sup>20 setembro 2016**

Centro de Cultura e Eventos da UFSC  
Florianópolis/SC

**Mercado de Trabalho  
e o Desafio Profissional**



WATTS, R. L. Conservatism in Accounting. Part 1: Explanations and Implications. **Accounting Horizons**, v. 17, p. 207-221, 2003.

WRUBEL, F.; MARASSI, R. B.; KLANN, R. C. Determinantes do reconhecimento de perdas por impairment em empresas brasileiras. **RACEF – Revista de Administração, Contabilidade e Economia da Fundace**. v. 6, n. 1, p. 127-128, 2015.

ZANG, Y. Discretionary behavior with respect to the adoption of SFAS 142 and the behavior of security prices. **Review of Accounting and Finance**, v. 7, n. 1, p. 38-68, 2008.

Realização:

